

Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-075-9
Cadernos PDE

VOLUME II

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Produções Didático-Pedagógicas

2013



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

FICHA CATALOGRÁFICA PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Título	Construção da Identidade e Cidadania dos Afrodescendentes na Escola
Autor	Pastoura Peixoto Monteiro
Escola de Atuação	Colégio Estadual Alberto Carazzai – Ensino Fundamental e Médio – Cornélio Procópio/PR
Município da escola	Cornélio Procópio
Núcleo Regional de Educação	Cornélio Procópio
Orientador	Anderson Francisco Ribeiro
Instituição de Ensino Superior	Universidade Estadual do Norte do Paraná
Área do Conhecimento	História
Produção Didático-Pedagógica	Unidade Didática
Público Alvo	Alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA
Localização	Rua Júlio Gomes 158
Apresentação:	A educação formal deve enfatizar as raízes e a história do processo de formação do povo brasileiro nos currículos, além de preparar os professores para poder enfrentar as situações de discriminação. O processo de (re) construção da identidade negra ancora-se em certas peculiaridades presentes na vida de negros e negros desde a época da escravidão.
Palavras-chave (3 a 5 palavras)	Educação. Construção de Identidades. Afrodescendentes.



PDE - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PASTOURA PEIXOTO MONTEIRO

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CIDADANIA DOS AFRODESCENDENTES NA ESCOLA

Cornélio Procópio - PR

2013

PASTOURA PEIXOTO MONTEIRO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CIDADANIA DOS
AFRODESCENDENTES NA ESCOLA**

Produção Didático-Pedagógica
apresentada à Universidade Estadual Do
Norte do Paraná (UENP) e à Secretaria
de Estado de Educação do Paraná (SEED
- PR) para o Programa de Formação
Continuada intitulado Programa de
Desenvolvimento Educacional (PDE), sob
a orientação do Professor Orientador:
Anderson Francisco Ribeiro.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Professora PDE: Pastoura Peixoto Monteiro

Área/Disciplina PDE: História

NRE: Cornélio Procópio

Professor Orientador IES: Anderson Francisco Ribeiro.

IES vinculada: UENP

Escola de Implementação: Colégio Estadual Alberto Carazzai – Ensino Fundamental e Médio – Cornélio Procópio/PR

Público Objeto de Intervenção: Alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA

Tema: Construção da Identidade e Cidadania dos Afrodescendentes na Escola

APRESENTAÇÃO

Estudar a África e o Brasil Africano, como pontua Souza (2010) remete em abordar conteúdos que trazem para a sala de aula a história, fazendo cumprir os grandes objetivos da escola e dos professores: levar à reflexão sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debate, estimular valores e comportamentos de respeito, solidariedade e tolerância, levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem em particular, a população negra, afro-brasileira e afrodescendente.

Assim, a educação formal deve enfatizar as raízes e a história do processo de formação do povo brasileiro nos currículos, além de preparar os professores para poder enfrentar as situações de discriminação. Há que se levar em conta que o processo de (re) construção da identidade que se ancora em certas peculiaridades do ser negro e negra, que passa pela interiorização cultural e estigmatização racial, aspectos presentes na vida de negros e negras desde a época da escravidão.

Dessa forma, referenciar suas raízes históricas africanas constitui importante fator na política de autoafirmação de pertencimento étnico-racial, como bem o enfatiza Kabengele Munanga (1990):

No que diz respeito aos Movimentos Negros estes buscam construir uma identidade a partir das peculiaridades do seu grupo: seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de um grupo estigmatizado, racializado e excluído, das posições de comando na sociedade, cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membro de um grupo étnico-racial que teve sua cultura inferiorizada (MUNANGA, 1990, p. 14).

Segundo o autor, o brasileiro afrodescendente está submetido a ideologias que o compelem a repudiar, diariamente, sua negritude, elegendo um modo branco de ser e viver. Desenvolve, dessa maneira, uma posição submissa de aceitação e incorporação de valores ditados como ideais por uma sociedade que, simultaneamente, desqualifica suas qualidades e valores étnicos, milenarmente construídos.

Desse modo, a escola e a família, auxiliadas pelas mais diversas formas de mídia, acabam promovendo a retroalimentação da discriminação racial e o

decorrente sofrimento por que passa a maioria da população brasileira. Entretanto, as situações sugerem a possibilidade de reversão desse processo, o brasileiro negro pode passar a valorizar suas características físicas, apresentar atitudes mais afirmativas frente a situações de discriminação e os valores de raízes africanas podem ser vistos como positivos. A escola é um espaço privilegiado para trabalhar com essas questões e respaldada por Lei.

1 O NEGRO E A QUESTÃO HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS e CULTURAIS

A escravidão africana é um capítulo da História da África e do Brasil que, embora ela tenha sido abolida há 115 anos, no Brasil, não pode ser apagada e suas consequências não podem ser ignoradas. A História permite conhecer o passado, compreender o presente e pode ajudar a planejar o futuro. Portanto, o Brasil tem um dívida social com essa etnia.

Na África, durante muito tempo, acreditou-se na ideia de que a escravidão ocorrida fora mais branda e humanista se comparada à escravidão praticada na América até o século XIX. Muitos defendiam a tese de que o cativo era absorvido pelo povo que o capturava, caracterizando uma escravidão exclusivamente de cunho doméstico, mas, na verdade, a escravidão na África não ocorria somente neste formato (SOUZA, 2006).

A escravidão africana se configurou como cruel e desumana, de acordo com Souza (2006):

Desde os tempos mais antigos, alguns homens escravizaram outros homens, que não eram vistos como seus semelhantes, mas sim como inimigos e inferiores. A maior fonte de escravos sempre foram as guerras, com os prisioneiros sendo postos a trabalhar ou sendo vendidos pelos vencedores. Mas um homem podia perder seus direitos de membro da sociedade por outros motivos, como a condenação por transgressão e crimes cometidos, impossibilidade de pagar dívidas, ou mesmo de sobreviver independentemente por falta de recursos. [...] A escravidão existiu em muitas sociedades africanas bem antes de os europeus começarem a traficar escravos pelo oceano Atlântico (SOUZA, 2006, p. 47).

Na África, as pessoas se tornavam escravizadas principalmente por guerras. Outra forma de escravidão presente na África era a escravidão por dívida: o indivíduo endividado passava a ser escravo do credor.

Para Souza (2006) a escravidão já existia na África antes da chegada dos europeus no continente, mas a escravidão se tornou um negócio lucrativo tanto para os africanos que escravizavam, quanto para os europeus que traficavam escravos. Assim, a acentuação da escravidão na África aconteceu porque as vendas de escravos para a América se tornou uma lucrativa atividade.

A relação entre senhor e escravo, tanto na África como na América, sempre foi baseada na violência, nos castigos e nas punições disciplinares. Além disso, as pessoas eram retiradas dos meios em que viviam, separadas de suas famílias, obrigadas a aprender outros idiomas e outros costumes, além de serem humilhadas e torturadas. Todas essas características foram chamadas de processo de desterritorialização, que ocorre quando indivíduos são retirados à força de seus territórios para outros territórios (SILVA, 2005).

Diante disso, torna-se relevante trazer à tona como eram algumas sociedades africanas. Estas foram formadas por grandes reinos, como o Egito, o Mali, Songai, Oiô, Axante e Daomé. Outras eram agrupamentos muito pequenos de pessoas que caçavam e coletavam o que a natureza oferecia ou plantavam o suficiente para o sustento da família e do grupo. Mas todas as sociedades, das mais simples às mais complexas, se organizavam a partir da fidelidade ao chefe e das relações de parentesco. O chefe da família, cercado de seus dependentes e agregados, era o núcleo básico de organização na África. Assim, todos ficavam unidos pela autoridade de um dos membros do grupo, geralmente mais velho e que tinha dado mostras ao longo da vida da sua capacidade de liderança, de fazer justiça, de manter a harmonia na vida de todo dia (SOUZA, 2006).

A partir desses conhecimentos, deve-se entender a identidade negra no Brasil, segundo Munanga (2005), num contexto histórico em que dificilmente se houve um discurso ideológico articulado sobre a identidade “amarela” e a identidade “branca”, justamente por que:

Os que coletivamente são portadores das cores da pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros coletivamente portadores da pigmentação escura. Essa história a conhecemos bem: esses povos foram sequestrados, capturados, arrancados de suas raízes e trazidos amarrados aos países do continente americano, o Brasil incluído,

sem saber por onde estavam sendo levados e por que motivos estavam sendo levados (MUNANGA, 2005, p.32).

Por isso há necessidade de um olhar mais atento sobre quem é o povo brasileiro – ser negro, ser brasileiro, ser estudante - mostrando uma sociedade multirracial e pluriétnica, mas que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram sempre, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária dos negros (MUNANGA, 2005).

Assim, a história dos afrodescendentes é totalmente diferente da história dos emigrados europeus, árabes, judeus e orientais que, de forma voluntária, decidiram sair de seus respectivos países devido a conjuntura econômica e histórica interna e internacional que influenciaram suas decisões para a emigração. Não que esses povos também não tenham sofrido traumas, rupturas, que teriam provocado o que explicaria os processos de construção das identidades particulares como a “italianidade brasileira”, a identidade gaúcha, outros (SILVA, 2002).

De qualquer forma, em nenhum momento a cor de sua pele clara foi objeto de representações negativas e de construção de uma identidade negativa que, embora inicialmente atribuída, acabou sendo interiorizada e naturalizada pelas próprias vítimas da discriminação racial e pela sociedade, muitas vezes.

Segundo Albuquerque,

Estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África (ALBUQUERQUE, 2006, p.39).

Neste cenário, a preferência pelos africanos fez com que os portugueses se voltassem para o tráfico na África, e, com o interesse por escravos, isso passou à condição de grande negócio e fonte de enorme lucro. Assim, o tráfico deixou de ser apenas uma entre as várias atividades ultramarinas para se transformar no negócio mais lucrativo, segundo (ALBUQUERQUE, 2006).

O comércio de escravos no país acontecia em grandes casas comerciais, onde pequenos e médios comerciantes operavam com a venda. Essa negociação

ficava a cargo de comerciantes especializados na venda de escravos pelo interior e nas mãos de centenas de pequenos traficantes.

Para Albuquerque (2006) a memória da escravidão e de seus horrores, a vida em um país onde as elites empenharam-se na tarefa de construção de uma nação branca e para quem a inferioridade dos negros era um fato, a principal tarefa do país seria, no mínimo, atuar de forma que trouxesse a dignidade merecida a essa etnia, indicando sua intensa contribuição para construção da sociedade brasileira.

De acordo com Munanga (2005) foi a partir da abolição do tráfico de escravos negros que teve início as várias conseqüências direcionadas a lutas emancipatórias, dentre elas a afirmação identitária da etnia negra no país.

Segundo Munanga (2005) o conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, etnia, gênero, cultura, com os quais ele mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática (MUNANGA, 2005).

Segundo Maciel (1994)

É um fato incontestável que, ao longo deste século XX, os negros, na maioria, continuaram muito pobres, enquanto os imigrantes europeus e seus descendentes foram melhorando suas vidas e prosperando até chegar às posições de comando político e social. Para os negros ficava a expectativa de lutar pela conscientização desta realidade, compreender suas causas e, através de muito esforço, lutar por transformações que visassem à melhoria de suas condições sociais, econômicas e políticas de VIDA (MACIEL, 1994, p.106).

Com isso, considera-se que valorizar as diferenças e identidades é essencial, já que esta última é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela má percepção que se têm dela. E, tendo em vista que a educação escolar está a algum tempo profundamente comprometida com um projeto coletivo de mudanças sociais, e considerando que as diferenças culturais e étnicas são enriquecedoras na conformação e organização da sociedade, há que se fazer uma reflexão a respeito da Lei 10.639/03 e Lei 12 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, sendo que esta última é a que institui o Estatuto da Igualdade Racial (SILVA, 2002).

Isso porque se acredita que o cruzamento das informações presentes nas referidas Leis, se intensifica sistematicamente para os estudantes de EJA, brancos e negros, na apropriação de conhecimentos sobre a afirmação da identidade e

cidadania dos afrodescendentes, bem como sobre a história da África, as relações Étnico-Raciais e o entendimento do racismo numa perspectiva histórica e políticas de integração social da população negra.

2 AFRODESCENDENTES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é tarefa de todo professore/a, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o “Artigo 5º” da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola (BRASIL, 2004).

Com isso, torna-se importante fortalecer entre os negros e brancos, a consciência negra, oferecendo conhecimentos para orgulharem-se da sua origem africana. Enquanto que para os brancos se poderá permitir que identifiquem e conheçam conteúdos relacionados à afirmação da identidade e cidadania dos afrodescendentes, por meio de Leis, história da África, relações Étnico-Raciais, racismo numa perspectiva histórica e políticas de integração social da população negra, para estes, possibilita-se potencializar a cidadania e fortalecer sua identidade.

Sobre a identificação das influências, contribuição, participação e a importância da história dos negros, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, há que se repensar no papel da escola:

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, às Leis, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004).

Assim, o reconhecimento, por parte da sociedade e da escola em relação ao segmento negro da população, possibilita uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas na escola. Assim sendo, espera-se contribuir para que a educação das relações étnico-raciais imponham aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra

de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

As intensas contribuições culturais, sociais e econômicas dos africanos e seus descendentes, iniciaram-se com o desbravamento das matas, erguendo cidades e portos, atravessando rios, construindo pontes, abrindo estradas que conduziam aos locais mais remotos do território brasileiro. Eram também os escravos negros que conduziam tropas e carretos que tornaram possível o intercâmbio entre o interior e as cidades litorâneas (PARANÁ, 2008).

3 PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PERSPECTIVA DE LEI 10.639/2003

Tendo em vista as desigualdades na educação brasileira, o professor deve proceder, em suas práticas pedagógicas na sala de aula, a partir de uma perspectiva que considera o conceito de "etnia" como construção social e que opera e é estrutural e estruturante das relações sociais no Brasil (GOMES, 2012).

Nessa perspectiva, segundo Rosenberg (2004) a existência de fatores intraescolares contribuem para a discriminação de alunos negros/as e se relacionam com as desigualdades entre alunos brancos/as e negros/as, trabalhar com o conceito de adolescência como construção sócio-histórica tem sido objeto de interesse constante por diversas áreas das ciências humanas, tais como história, psicologia e sociologia (SILVA; SOUZA, 2008) e que reconhecem os adolescentes como atores sociais.

Assim, de acordo com Bock (2002),

A adolescência é vista como uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência como fenômeno social, mas o fato de existirem como marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural (BOCK, 2002, p.45).

Com esse entendimento, um dos objetivos das escolas nas suas práticas pedagógicas é que se relacionem com as mudanças tendo em vista as normativas que foram realizadas desde 2003, com a aprovação do "artigo 26^a" da LDB (modificado pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008). Ainda, com a ampliação do

escopo da Lei pela Resolução 01/2004 e pelo Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que situam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos níveis e modalidades da Educação Brasileira para os níveis da Educação Básica e Educação Superior. (BRASIL, 2004).

Assim, a implementação de políticas nas redes e nas escolas abrange uma complexidade de contextos, interpretações e contradições, como também de escolha, decisão e aceitação dos sujeitos que atuam nas redes de ensino (BRASIL, 2004).

No trabalho em sala de aula com as africanidades, o professor deve estar atento na observação de possíveis formas de radicalização presentes nas interações entre os jovens e adultos. As interações devem não apresentar formas de tratamento específico ou diferencial de alunos em função de aparência mais clara ou mais escura. Em situações rotineiras, alunos negros podem ser valorizados de forma a não haver hierarquização, racismo em formas implícitas e explícitas (ZIVIANI, 2003; OLIVEIRA, F., 2004; SARAIVA, 2009; TELES, 2010).

As práticas pedagógicas tem o objetivo de trazer para um primeiro plano a partir de proposições de políticas curriculares. Políticas educacionais em geral e políticas curriculares em específico têm um impacto que nunca é direto nas escolas, pois os processos de mediação são muitos e as formas de resistência são diversas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e as Diretrizes Curriculares Orientadoras do Estado do Paraná trazem proposições que tencionam as redes e as escolas, cujo intuito é discutir práticas pedagógicas que expressam tais tensões e que revelam movimentos e mudanças nas escolas (BRASIL, 2010).

4 PRÁTICA PEDAGÓGICA



Atividades: Apresentar para os estudantes o Projeto, os objetivos, metodologias, conteúdos a serem trabalhados e tipos de avaliação (critérios e instrumentos), descritos abaixo.

Objetivos

- Levar ao conhecimento dos estudantes a organização de implementação do Projeto, demonstrando a importância do conhecimento que irão adquirir sobre o assunto.

Metodologias utilizadas no desenrolar do trabalho: estudo dirigido, grupos de estudo e leituras, aulas expositivas dialogadas, dinâmicas de grupo, debates/mesa redonda Atividades, audiovisuais vídeos, aulas práticas, músicas, filme.

No decorrer da implementação do Projeto, mostrar aos alunos os conteúdos que serão abordados:

- Causas e consequências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão.
- Enfocar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro.
- Mostrar que questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos.
- Reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana (Fonte: Portal do Professor – MEC).

2º MOMENTO

Conteúdo: História da África e importância da cultura negra no Brasil

Objetivos

- Conhecer a História da África e importância da cultura no Brasil.
- Salientar a importância de fortalecer entre os Afrodescendentes e Brancos as posturas que visem uma sociedade igualitária e sem preconceitos.



Atividade 1 - Mapa Mundi

Objetivo

- Identificar no Mapa o Continente Africano.

Metodologia: utilizar um atlas ou globo, a fim de conhecer o Continente Africano.

O mapa-múndi apresenta todos os continentes destacados em cores distintas. Marque a alternativa que corresponde à cor do continente africano no mapa.

- a) Vermelho
- b) Amarelo
- c) Verde
- d) Azul
- e) Preto

Atividade 2

Vídeo – África - <http://www.youtube.com/watch?v=FE8N72m2Od8>. Acesso em 05 de novembro de 2013.

Atividade 3

Pesquisa no Laboratório de Informática: Vamos falar dos negros africanos trazidos para serem escravos no Brasil, como viviam antes da escravidão, os principais reinos, sem deixar de mencionar o Egito, como era a sociedade da época, que condição os negros vieram para o Brasil.



Atividade 1 - Consciência Negra: negritude e cidadania – Lei número 10.639/2003.

Objetivos

- Compreender quando e porque se comemora o dia da consciência negra no Brasil.
- Refletir a importância social dessa data para a comunidade afrodescendente.

- Identificar os avanços da questão da promoção da igualdade racial no país tendo como referência a Lei número 10.639/2003.

Metodologia: Pesquisa utilizando o livro didático e a internet no Laboratório de Informática, análise de charges, análise de textos e fontes recolhidas durante a pesquisa.

Avaliação: A avaliação será efetuada mediante a participação dos alunos na atividade.

A Proposta de Pesquisa:

O Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, é feriado em várias cidades do Brasil e data oficial do calendário escolar brasileiro a partir de um decreto de lei assinado pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (lei 10.639/2003). Essa data celebra a negritude e nos alerta para a necessidade de combatermos o preconceito e as desigualdades sociais e raciais ainda presentes em nossa sociedade brasileira.

No Laboratório de Informática, alunos deverão acessar o link abaixo, a fim de analisar as charges presentes. Levantar discussões.

<http://jakobskind.blogspot.com.br/2009/11/charge-dia-da-consciencia-negra-no.html>

Após esse contato inicial dos alunos com o dia da Consciência Negra por meio das charges, oriente-os a pensar em questões fundamentais para o aprofundamento da temática: O momento histórico resgatado para a comemoração do dia da Consciência Negra no Brasil; O significado social dessa data para os afro-brasileiros; As reflexões que podemos fazer durante essa data em relação à promoção da igualdade social em nosso país; a Lei número 10.639/2003.



4º MOMENTO

Conteúdo: Música - Hino à Negritude

Objetivos: Repensar a História e Identidade dos Negros no Brasil por meio da música.

Metodologia: Reflexão e análise da música. Utilização de CD para canto da música com os estudantes.

Vídeo: Hino à Negritude na voz de Alciony Menegaz.

Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=3EaVce9-G5Q>. Acesso dia 6 de novembro de 2013.

Formar um coral com os estudantes - Hino à Negritude.

Convite e incentivo aos alunos para participação do Coral na escola.

Ensaio da música com todos os estudantes da EJA, negros e brancos.

Apresentação do coral para a comunidade escolar.

Associar a música à gravura.

Hino à Negritude

Sob o céu cor de anil das Américas

Hoje se ergue um soberbo perfil

É uma imagem de luz

Que em verdade traduz

A história do negro no Brasil...



5º MOMENTO

Conteúdo: Etnia Negra

Objetivos

- Levantar informações identificando a origem familiar dos alunos ou de seus parentes afrodescendentes, coletando informações junto às suas famílias.
- Reconhecer na Cultura e História Afro-Brasileira, elementos de valorização e identidade do negro.

Metodologia: Será estimulado o contato com elementos de cultura como capoeira, danças narrativas e cantos afro-brasileiros.

Avaliação: A avaliação será diagnóstica e processual, levando em conta a participação dos alunos.

Atividade: Pesquisa de Campo - Levantar informações identificando a origem familiar dos alunos ou de seus parentes afrodescendentes, coletando informações junto às suas famílias.



Realização de um intervalo cultural: Apresentação de Danças e do Hino pelos alunos para a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **História do negro no Brasil**. Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BOCK, A.M.B. **Adolescência: uma construção social**; um olhar crítico sobre o conceito em livros destinados a pais e professores. Relatório de pesquisa de doutorado, São Paulo, 2002. Mimeografado.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF Outubro, 2004. Disponível em: http://www.sinpro.org.br/arquivos/afro/diretrizes_relacoes_etnico-raciais.pdf. Acesso: 20 de junho de 2013.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, 2012.

Lei 10.639/03 e Lei 12 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

MACIEL, Cleber da Silva. **Negros no Espírito Santo**. Vitória, Departamento Estadual da Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/ UFES, 1994.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Educando para as Relações Étnico-Raciais**. Curitiba: SEED/Pr., 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada/Kabengele Munanga, organizador. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Jr, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre as leis e as práticas sociais**. Edições UNESCO Brasil. Brasília 2002.

RIBEIRO, Matilde. Apresentação do SEPPIR. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de** SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Ana Célia. Ideologia do embranquecimento na Educação brasileira e proposta de reversão. In: MUNANGA, Kabengele. **Estratégias de Combate à Discriminação Racial (org.)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.

SILVA; SOUZA, Gizele de. Notas sobre Estudos da Infância. In: LOPES, Jandicleide E.; CARVALHO, Arianne (Orgs.). **Por uma escola que protege**: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e os adolescentes. Ponta Grossa/Curitiba: Editora UEPG/Cátedra UNESCO de Cultura da Paz, 2008.

SOUZA, Marina de Melo e. **África e Brasil africano**. In: CAMARGO, Rosiane de; MOCELLIN, Renato. História em debate. Volume 2. Ensino Médio. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

ZIVIANI, Denise Conceição das Graças. **À flor da pele**: a alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.